

Toda citação deixa uma marca

Ao longo de sua trajetória, a Revista Brasileira de Criminalística vem cumprindo exatamente o papel de deixar sua marca com cada edição. Os artigos aqui publicados têm contribuído para a formação de peritos, pesquisadores, estudantes e demais profissionais das Ciências Forenses, promovendo a disseminação do conhecimento técnico-científico e fortalecendo o desenvolvimento da Criminalística nacional. O resultado desse trabalho pode ser observado não apenas pela diversidade e qualidade dos estudos publicados, mas também pelos indicadores bibliométricos que refletem sua crescente relevância na comunidade científica.

Levantamento recente realizado junto ao Google Scholar demonstra que a RBC alcançou a expressiva marca de 988 citações acumuladas, com índice h de 14 e índice i10 de 31. Em outras palavras, a revista possui atualmente ao menos 14 artigos que receberam 14 ou mais citações cada, enquanto 31 artigos já ultrapassaram a marca de 10 citações. Para um periódico especializado em Ciências Forenses, tais números representam importante reconhecimento da qualidade e da utilidade científica dos trabalhos aqui publicados.



Figura 1 - Captura de tela dos índices bibliométricos da RBC. Fonte: Google Scholar.

Mais relevante ainda é observar a evolução desse crescimento ao longo dos últimos anos. Aproximadamente dois terços de todas as citações registradas pela revista ocorreram desde 2021, evidenciando uma trajetória consistente de expansão de visibilidade e impacto científico.

O aumento contínuo das citações demonstra que os estudos publicados pela RBC estão sendo efetivamente incorporados ao desenvolvimento da pesquisa forense, servindo de base para novos trabalhos, debates acadêmicos e

aplicações práticas. Esse feito justifica o Qualis A2 recebido, bem como demonstra a dedicação de todos que se envolvem direta e indiretamente com a revista ao longo dos anos, refletindo o esforço coletivo de autores, pareceristas, editores e leitores que, ao longo dos anos, contribuíram para consolidar a revista como um dos principais veículos de divulgação científica das Ciências Forenses no Brasil. Cada submissão recebida, cada parecer emitido e cada artigo publicado representam uma contribuição para a construção de um patrimônio científico que transcende instituições e fronteiras geográficas.

A presente edição reafirma esse compromisso. Os trabalhos aqui publicados representam diferentes áreas das Ciências Forenses e demonstram a riqueza interdisciplinar que caracteriza a Criminalística moderna. São contribuições que ampliam o conhecimento disponível, estimulam novas pesquisas e fortalecem a atuação científica dos profissionais que dedicam suas carreiras à produção da prova material.

Abrindo esta edição, na seção de Balística Forense, S. T. Costa e colaboradores apresentam um estudo inovador sobre a aplicação da fotogrametria tridimensional de curto alcance à balística forense quantitativa. Por meio da reconstrução digital de projéteis deformados e da proposição de um novo índice geométrico de deformação, os autores demonstram como técnicas de modelagem tridimensional e análise estatística podem ampliar a objetividade na interpretação dos efeitos do impacto em diferentes materiais. O trabalho evidencia o potencial das tecnologias de baixo custo para a produção de evidências quantitativas, contribuindo para a modernização das perícias balísticas e aproximando a Criminalística de métodos cada vez mais reproduzíveis, mensuráveis e alinhados às demandas contemporâneas da ciência forense.

Na Seção de Crimes Contra o Meio Ambiente, esta edição destaca trabalhos que unem inovação tecnológica, genética forense e economia ambiental para enfrentar a complexidade dos delitos contra a fauna e a flora.

O estudo “Produção de infográficos anatômicos de cães (*Canis lupus familiaris*) como ferramenta de apoio a perícia criminal em medicina veterinária forense” apresenta uma solução visual inovadora para a padronização de laudos. Desenvolvidos em colaboração entre a UFPA e a Polícia Científica do Pará, esses infográficos utilizam inteligência artificial e ilustrações vetorizadas para otimizar o registro de lesões em necropsias judiciais, facilitando a comunicação técnica entre peritos e o sistema de justiça.

No campo da genética, o artigo “*Molecular sexing of Panthera onca and Puma concolor (Mammalia, Felidae) for forensic purposes*” valida um protocolo de sexagem molecular baseado no gene SRY para as duas maiores espécies de felinos das Américas. A metodologia demonstrou alta eficiência em amostras críticas, como ossos e dentes, oferecendo à Polícia Federal uma ferramenta robusta para o monitoramento e a investigação de crimes contra a vida selvagem.

Encerrando a seção, a “Proposta de Metodologia para Valoração de Danos Ambientais em Perícias Criminais de Meio Ambiente” aborda o desafio de quantificar economicamente os impactos do desmatamento no Bioma Amazônico. O modelo proposto equilibra rigor científico e aplicabilidade prática ao focar no custo de restauração e no dano climático (estoque de carbono), utilizando planilhas automatizadas para conferir transparência, reprodutibilidade e segurança jurídica à valoração pericial.

Esses artigos refletem o avanço da Criminalística brasileira no desenvolvimento de metodologias adaptadas às particularidades dos biomas e da fauna nacional.

Na seção de entomologia forense contamos com um artigo intitulado “Estudo preliminar acerca do padrão de visitação da fauna de insetos associados a carcaças de suínos expostas em ambientes de restinga no Nordeste do Brasil”. Os autores abordam o processo de visitação e colonização de carcaças de suínos na região Nordeste brasileira. Dentre os principais achados está o padrão rápido de visitação devido as condições ambientais e que dípteros e coleópteros foram os vestígios entomológicos mais frequentes na região da restinga do Rio Grande do Norte.

A seção de Laboratório Forense reúne dois estudos que evidenciam a crescente integração entre métodos laboratoriais avançados e a análise crítica de dados periciais. Malta e colaboradores revisam o potencial das técnicas de biologia molecular na diferenciação entre lesões ante e post-mortem, discutindo biomarcadores promissores e metodologias capazes de ampliar a precisão da determinação da vitalidade das lesões, reforçando o papel dessas ferramentas como complemento às abordagens clássicas da Medicina Legal. Em uma perspectiva voltada à gestão e à produção técnico-científica, Sousa e colaboradores investigam os reflexos da pandemia de COVID-19 sobre a atividade pericial e as apreensões de maconha e cocaína no Estado do Piauí, demonstrando que, embora a produção de laudos tenha sofrido redução durante o período pandêmico, o volume de apreensões permaneceu relativamente estável. Em conjunto, os artigos ilustram como a Criminalística contemporânea depende tanto da incorporação de novas tecnologias laboratoriais quanto da análise sistemática de dados institucionais para o aprimoramento da atividade pericial e da

produção de conhecimento científico.

Na seção de Medicina Legal, Calmon e colaboradores apresentam uma abrangente revisão de escopo sobre a estimativa do intervalo pós-morte (IPM), sintetizando as principais evidências científicas produzidas entre 2020 e 2025. O trabalho demonstra a transição paradigmática da área, evidenciando as limitações dos modelos tradicionais baseados na decomposição macroscópica, especialmente do sistema Total Body Score/Accumulated Degree-Day (TBS-ADD), cuja aplicabilidade universal tem sido amplamente questionada por estudos recentes. Em contrapartida, a revisão destaca o surgimento de abordagens integrativas envolvendo biomarcadores moleculares, tanatomiobioma, proteômica, metabolômica, degradação de RNA e técnicas avançadas de imagem, defendendo que a estimativa do intervalo pós-morte deve evoluir para modelos regionalmente validados, quantitativos e fundamentados em evidências, com protocolos padronizados e estimativas acompanhadas de taxas de erro conhecidas. Trata-se de uma contribuição relevante para a atualização científica da Antropologia Forense e da Medicina Legal, ao reunir criticamente o estado da arte e apontar os caminhos para o desenvolvimento de metodologias mais robustas e confiáveis na prática pericial.

No que diz respeito a seção de perícias em áudio e vídeo e fonética forense contamos com um trabalho intitulado “Descrição Fonética do Disfarce por Modulação da Altura Tonal (*Pitch*): Um Estudo Piloto”. Os autores articularam uma discussão utilizando como referência as proposições de John Laver, demonstrando que “o disfarce vocal deve ser compreendido de forma mais abrangente como uma alteração da qualidade de voz”. A recomendação realizada foi que do ponto de vista fonético forense, os especialistas não devem se limitar a parâmetros de fonte e que os formantes superiores possuem mais estabilidade do que outras abordagens de disfarce.

Por fim, na seção de Gestão e Inovação, Silva e Silva apresentam um estudo aplicado sobre a influência dos mecanismos de fiscalização interna no clima organizacional e na gestão de pessoas em um órgão de Polícia Científica autônomo. A partir de pesquisa qualitativa envolvendo gestores, peritos e servidores submetidos a procedimentos disciplinares, os autores demonstram que a ausência de uma corregedoria própria repercute principalmente na confiança institucional, nas relações interpessoais e na percepção de legitimidade dos processos correicionais, favorecendo a formação de uma cultura organizacional pautada pelo medo e pela judicialização excessiva de conflitos administrativos. Embora não tenham identificado associação direta entre procedimentos disciplinares e adoecimento mental, o trabalho evidencia o crescimento de afastamentos por transtornos psíquicos entre peritos criminais e reforça a necessidade de integrar mecanismos de controle interno, governança institucional e políticas de gestão de pessoas. O estudo oferece importante contribuição para o debate sobre a estruturação administrativa dos órgãos periciais autônomos, ao demonstrar que a atividade correicional deve atuar não apenas como instrumento de responsabilização, mas também como ferramenta de fortalecimento institucional, promoção da confiança organizacional e aperfeiçoamento da gestão pública.

Ao leitor, deixamos nosso agradecimento pela confiança depositada na Revista Brasileira de Criminalística. Aos autores e avaliadores, nosso reconhecimento pelo empenho e pela dedicação que tornam possível a existência deste espaço de divulgação científica.

Se todo contato deixa uma marca, esperamos que os artigos desta edição deixem marcas positivas e duradouras na produção científica forense, inspirando novas pesquisas, promovendo o pensamento crítico e contribuindo para o contínuo desenvolvimento das Ciências Forenses.

Desejamos uma excelente leitura!!!

Corpo Editorial da RBC

Caio Henrique Pinke Rodrigues (FCFRP/USP)
Antonio Guaraná Mendes (ICRIM - Timon/MA)
Juliano de Andrade Gomes (IC/PCDF)
Rafael Rodrigues Cunha (IC-SPTC/SP)